



Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete
da Ministra Adjunta
e dos Assuntos Parlamentares
gabinete.maap@maap.gov.pt

SUA REFERÊNCIA REF ^a .: 626 PROC. N.º:	SUA COMUNICAÇÃO DE 24-03-2023	NOSSA REFERÊNCIA N.º: 521/2023 ENT.: 2619/2023 PROC. N.º: 19/2023	DATA 22-06-2023
---	----------------------------------	--	--------------------

ASSUNTO: PERGUNTAS N.ºs 1366/XV/1ª E 1659/XV/1ª (PSD) - BALANÇO DO PROGRAMA DE REMOÇÃO DO AMIANTO EM ESCOLAS PÚBLICAS

Em resposta às perguntas identificadas em epígrafe, encarrega-me o senhor Ministro da Educação de prestar as seguintes informações:

No âmbito do Programa de Estabilidade Económica e Social, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 7 de junho, ficou previsto remover e substituir todas as estruturas com amianto nas escolas públicas, respondendo definitivamente a uma preocupação de saúde pública. Foi o culminar de um trabalho iniciado na legislatura anterior, que, com fundos europeus do Portugal 2020 e num contexto de requalificação de edifícios escolares, permitiu já substituir coberturas com amianto na maioria dos estabelecimentos de educação e ensino.

Depois de um trabalho de diagnóstico realizado pelas áreas governativas da Educação e da Coesão Territorial em articulação com as Autoridades de Gestão dos cinco Programas Operacionais Regionais do Continente e com as Comunidades Intermunicipais, Áreas Metropolitanas e Municípios de todo o país, foram identificados estabelecimentos de educação e ensino da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário passíveis de intervenção para a retirada de placas de fibrocimento com amianto, em conformidade com o previsto no Despacho n.º 6573-A/2020, de 23 de junho, objeto de aditamento pelos Despachos n.ºs 8303/2020, 10621-A/2020, e 909-A/2021, de 27 de agosto, 29 de outubro e 21 de janeiro, respetivamente.

O financiamento destas obras, no valor de 60 milhões de euros, foi assegurado a cem por cento por fundos europeus dos Programas Operacionais Regionais Norte 2020, Centro 2020, Lisboa 2020, Alentejo 2020 e CRESC Algarve 2020, sendo os Municípios as entidades responsáveis pelas candidaturas aos programas em causa e, conseqüentemente, pelas respetivas obras.



Apesar disso, alguns Municípios não avançaram com o processo.

A DGEstE tem vindo a monitorizar estas intervenções em 627 estabelecimentos de educação e ensino, dos quais 485 estão já com obra concluída.

Este trabalho, também foi sendo realizado pela DGEstE no âmbito do seu Plano de Investimento, bem como a coberto do processo de requalificação e modernização das infraestruturas escolares do Programa PT2020.

Acresce referir que o processo de requalificação e modernização das infraestruturas escolares, previsto no Acordo Sectorial de Compromisso entre o Governo e a ANMP para a descentralização nos domínios da Educação e da Saúde, assinado a 22 de julho de 2022, identifica no seu Anexo I, uma lista de cerca de 451 estabelecimentos escolares considerados como necessitando de intervenção prioritária de recuperação/reabilitação/ampliação.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE



(Jorge Sarmento Morais)

AM/AG